



Mesa redonda sobre Redes, Sociedade e Políticas Públicas em Contextos Regionais.

Reciprocidade e redes sociais aplicadas a análise e a promoção de dinâmicas territoriais

Eric Sabourin, Cirad, Umr Art-dev , Universidade de Brasília CDS & FUP-MADER

Resumo: O trabalho trata do papel das redes sociais e institucionais para a promoção de políticas públicas nos territórios, notadamente na escala regional. São examinadas três teorias que integram a análise das redes sociais ou sócio técnicas para analisar dinâmicas ou políticas de desenvolvimento. A primeira abordagem é aquela das redes sócio técnicas de Callon et Latour ; a segunda a das redes de políticas públicas, em particular o marco analítico das coalizões de causa de Paul Sabatier. Num terceiro momento é apresentado o aporte complementar ou específico da teoria da reciprocidade para analisar o papel das redes sociais na construção da inovação, na difusão de saberes ou na construção de territórios e de políticas públicas.

Abstract: The paper deals with the role of social and institutional networks for the promotion of public policies in the territories, especially at the regional level. Three theories that integrate the analysis of social or socio-technical networks to analyze dynamics or development policies will be examined. The first approach is that of the socio-technical networks of Callon and Latour. The second is about public policy networks, in particular the advocacy coalition framework of Paul Sabatier. In a third moment, I'll present the complementary or specific contribution of the theory of reciprocity to analyze the role of social networks in the construction of innovation, in the diffusion of knowledge or in the promotion of territories and public policies.

Introdução

Os organizadores me pediram de preparar uma intervenção sobre a constituição de redes sociais e institucionais para a promoção de políticas públicas no território, notadamente na escala regional, a partir da teoria da reciprocidade e das relações entre atores e grupo de atores na análise das políticas públicas de desenvolvimento rural.

Sempre tenho medo de cansar o público repetindo os mesmos elementos e argumentos sobre a questão da reciprocidade. Primeiro porque não tem tantas pesquisas no mundo e no Brasil como para renovar as contribuições da teoria da reciprocidade, segundo porque uma teoria nunca está definitivamente estabilizada, e podem aparecer novos campos de aplicação.

Pelo tanto, hoje vou inovar, falando primeiro de outras teorias mobilizadas para dar conta do papel das redes na construção dos territórios ou das políticas públicas nas duas primeiras secções. Para tratar do papel das redes vou lembrar duas abordagens, o das redes sócio técnicas de Callon et Latour e aquele das redes de políticas públicas, em particular o marco das coalizões de causa de Paul Sabatier.

Assim, somente num terceiro momento vou explicar qual é o aporte complementar ou específico da teoria da reciprocidade para analisar o papel das redes sociais na construção da inovação, na difusão de saberes ou na construção de territórios e de políticas públicas.

1.Redes sócio técnicas e construção territorial

1.1.As redes de gestão do conhecimento e da inovação

O construtivismo social baseia-se no princípio que um fato social passa a existir a partir de uma construção coletiva, ou seja, a partir da sua interpretação e da ação dos atores. Para qualificar ou analisar os processos de desenvolvimento na escala dos territórios, foi mobilizada em particular pelo movimento social da agroecologia e pelos economistas do território, a noção de co-construção da inovação

Primeiro, a inovação segue um processo permanente de adaptação e não de simples criação-difusão. Para Schumpeter (1935), a inovação corresponde à *elaboração de novas combinações entre diversos recursos (fatores de produção) e seu uso econômico e social*. Para Flichy (1995), a dinâmica de inovação é um processo de criatividade e aplicação de saberes; é o resultado deste processo. Segundo Gondard (1991), que retoma a distinção entre inovação e invenção estabelecida por Schumpeter, uma inovação é uma invenção que obteve sucesso ou que encontrou utilizadores.

Segundo, a inovação remete à área da ação coletiva. Darré (1986b) mostrou que os produtores inovam de forma individual na escala da parcela ou de sua unidade de produção, mas o fazem em função de interações entre si e com diversos atores e objetos no âmbito de redes e coletivos, tais como aqueles que foram analisados, entre outros, por Michel Callon (1986; 1991) e Bruno Latour. Estas interações situam a inovação técnica em um conjunto mais amplo de inovações institucionais e de processos de aprendizagem em um contexto da ação coletiva que envolve as organizações de produtores, os serviços de apoio à agricultura, bem como as empresas de insumos e até a mídia (Alter, 2000). No contexto da ação coletiva, a aprendizagem pode ser definida como uma produção e uma transformação de conhecimentos, dentro de uma

perspectiva de coordenação entre atores (relações entre atores, normas e regras para a organização da ação).

A aprendizagem é por definição o processo de aquisição de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes, mediante o estudo, o ensino ou a experiência e que leva à uma modificação durável do comportamento. No contexto da ação coletiva, a aprendizagem pode ser definida como uma produção e uma transformação de conhecimentos numa perspectiva de coordenação a partir de relações entre atores, normas e regras para a organização da ação (Dutrenit e Suchs, 2014).

De fato, para Hatchuel (2000), não é possível separar, nos processos de aprendizagem, os saberes das relações. Para Ostrom (1992), no centro da ação coletiva, a aprendizagem é uma adaptação conjunta dos saberes, normas e regras colocadas em prática.

Temos vários exemplos no Brasil de mobilização de redes sócio-profissionais para a produção, gestão e divulgação de propostas de inovação técnica ou institucional: as redes de Bancos de Sementes Comunitários, as redes de agricultores experimentadores no Paraná ou na Paraíba, as redes da economia solidária.

1.2.Redes socio-técnicas

O termo de rede socio-técnica remete para uma noção polissêmica. Originalmente usada na sociologia da comunicação, foi revitalizada com as novas mídias (telefonia celular e internet); Foi assim mobilizada no campo do desenvolvimento rural com as TICs. Por extensão, esta sendo usada de forma abusiva para se referir às redes sociais associadas ou às novas tecnologias de informação (TICs)

A noção de rede, retomada por Darré (1994) a partir dos trabalhos de Rogers e Kinkaid (1981), foi popularizada por Castell (1989) e Callon (1989) e, ao pouco se impôs em matéria de desenvolvimento rural. Hubert (1997), inspirando-se em Callon (1989) e Pecqueur (1995), define a rede socio-técnica como “o relacionamento de diversos atores sociais e institucionais e de objetos sobre os quais esses atores têm alguma coisa para dizer”.

Desde os anos 1980-90; o termo de rede sócio-técnica apareceu na sociologia da inovação francesa (Callon, Latour, Akrich, etc) e americana (Actor Networks Theory - ANT com Law e Latour) ou Teoria do Ator Rede.

Essa escola teórica considera que um conhecimento, uma novidade técnica se estabiliza e se desenvolve mediante a associação (pelo seu promotor) de atores humanos e não humanos no seio de redes chamadas sócio-técnicas. (Latour, 1989). Callon (1986) define o processo da tradução sócio técnica como o conjunto das tarefas e etapas para constituir e estabilizar a rede sócio técnica.

Para Akrich, et al. (1988), o sucesso de uma inovação ou a robustez de um conhecimento depende do tamanho e da solidez da rede sócio-técnica.

A teoria das redes pretende integrar o mundo das técnicas e o mundo dos agentes. A tecnologia é considerada como integrada ao mundo social. Pode ser assimilada por meio de **objetos concretos** com os quais os atores interagem. Nessa concepção, as redes sócio técnicas articulam atores humanos e não humanos (objetos, artefatos, dispositivos).

Quadro 1. As redes sócio-técnicas de gestão do conhecimento no território da Borborema Paraíba

Na rede atual de Agricultores Experimentadores da região da Borborema, as dinâmicas de experimentação coletiva e de produção e socialização de referências funcionam em três casos. Isto aconteceu primeiro em termos de manejo da água, porque a experimentação está ligada ao programa de construção de cisternas e por que o Pólo Sindical da Borborema constitui uma das unidades gestoras do PIMC na região.

Foi também o caso com a implantação das feiras agroecológicas em vários municípios pelo PSB, que ensejou reuniões e intercâmbios técnicos entre produtores de frutas e legumes, mel e, em menor proporção, aves e queijo.

Assim, em 2005, as associações de produtores das feiras agroecológicas da Borborema organizaram um encontro na escala do Estado da Paraíba, com os produtores das feiras do Alto Sertão e litoral. Em 2006, estes implantaram uma articulação dos produtores dos mercados agroecológicos; esta organizou o primeiro encontro de agricultores experimentadores da Paraíba. As únicas experimentações que estiveram sujeitas a algum monitoramento por parte dos centros de pesquisa foram aquelas que diziam respeito às mensurações e análises de fluxo de biomassa graças às quais é possível verificar os resultados das práticas agroecológicas (culturas associadas, adubo verde e orgânico, aleias de leguminosas, sistemas agroflorestais) em termos de rendimentos e comportamento da fertilidade dos solos.

Finalmente, em 2006, atendendo uma demanda de comercialização de algodão orgânico, o centro EMBRAPA Algodão tomou contato com um grupo de A-E para que estes se encarreguem de experimentar a conversão das variedades regionais no sistema de cultura agroecológico.

Entretanto, em matéria de organização comunitária ou profissional não é possível, nem desejável, opor redes e instituições formais. As redes são, em geral, informais, pouco legíveis e, muitas vezes, invisíveis. Elas não podem representar ou defender publicamente os camponeses. Por definição, uma rede relaciona indivíduos mais que instituições, o que limita as perspectivas de mobilização e de ação coletiva. Entretanto, as redes interpessoais podem oferecer capacidades de coordenação complementares daquelas das organizações profissionais.

Certamente, em matéria de aprendizagem e circulação da inovação rural, as redes socio-técnicas (Darré, 1994, 1996; Callon, 1991) demonstraram sua flexibilidade e eficácia, comparadas às intervenções da administração ou dos serviços de divulgação junto às organizações de produtores. Porém, trata-se sempre de uma complementaridade em termos de instrumentos.

O interesse das redes é, muitas vezes, mobilizado para relações de reciprocidade associadas ao capital social, em particular em matéria de transmissão e compartilhamento dos saberes, das competências, das inovações (Héber-Suffrin, 2000). Do ponto de vista da teoria da reciprocidade, a rede é apenas um instrumento, ela pode tanto servir a vincular relações de troca (redes comerciais ou empresas capitalistas) quanto relações de reciprocidade (partilha de recursos e solidariedades).

As redes de reciprocidade são aquelas que, além da transmissão dos valores de uso (materiais ou imateriais) constituem uma estrutura de partilha ou uma estrutura ternária de transmissão de um sentido comum capaz de produzir um novo valor comum para cada um dos seus membros. E, mesmo nessa configuração de reciprocidade, ainda convém examinar a abertura ou fechadura

da rede, assim como o caráter simétrico ou assimétrico das relações que a desenham, e, assim, a natureza dos valores produzidos.

Evocamos os limites das redes do ponto de vista do compartilhamento dos objetos socio-técnicos (Sabourin e Tonneau, 1998, 1999). Sendo interpessoais, elas são afetivas e também seletivas, ou seja, desiguais e podem ser até corporativistas e ideológicas. Elas podem ser tão exclusivas quanto uma organização, como o defeito suplementar de serem muito menos visíveis e transparentes, ou ainda, de exigir esforços enormes para serem identificadas, desenhadas e qualificadas (Sabourin, 2001; 2009). A partir da análise das organizações camponesas do Brasil, esbocei uma crítica das noções de capital social e de redução dos custos de transação aplicadas às redes de reciprocidade, que foi desenvolvida em dois artigos (Sabourin, 2006; Sabourin, 2008) e no capítulo V do livro *Camponeses do Brasil* (Sabourin, 2009).

2.As redes de políticas públicas e as coalizões de causa

2.1. Redes e coalizões de atores das políticas públicas

Assistimos nas últimas décadas a uma multiplicação dos atores e dos espaços de negociação das políticas públicas (Massardier, 2008) que vem configurando a ampliação da noção de políticas públicas para aquela de ação pública.

Uma política pública pode ser definida como um dispositivo tangível (orçamento, organização, procedimentos, instrumentos) de gestão de um campo (setor, problema identificado como público) da vida social ou econômica, ou de um território, e coletivamente assumida (Massardier, 2008)

A ação pública seria o processo de produção de uma política pública (o policy making) por um conjunto e ações múltiplas mais ou menos coordenadas entre um espaço de interações sociais onde se negociam compromissos, onde se ajustam mutuamente os atores e um espaço de sentidos mais ou menos unificados ao redor de "razões para atuar".

As redes de atores parecem eficazes para assegurar a coordenação entre diversos níveis de gestão de relaciones sociais mais ou menos densas informais e sustentáveis, associando atores que tem interesse recíproco em mudar recursos (ideias, capital social, informações) e em atuar juntos sem pertencer por isso as mesmas organizações ou as mesmas esferas sociais (Rhodes, 1997, 2008).

Sabatier e Jenkins-Smith (1993) propõem a noção de coalizões de causa que corresponde à um conjunto de atores que compartilham as mesmas crenças sobre um problema que elevam como causa, ou problema público digno de ser objeto de uma política pública.

2.2. Representações em jogo nas coalizões de causa

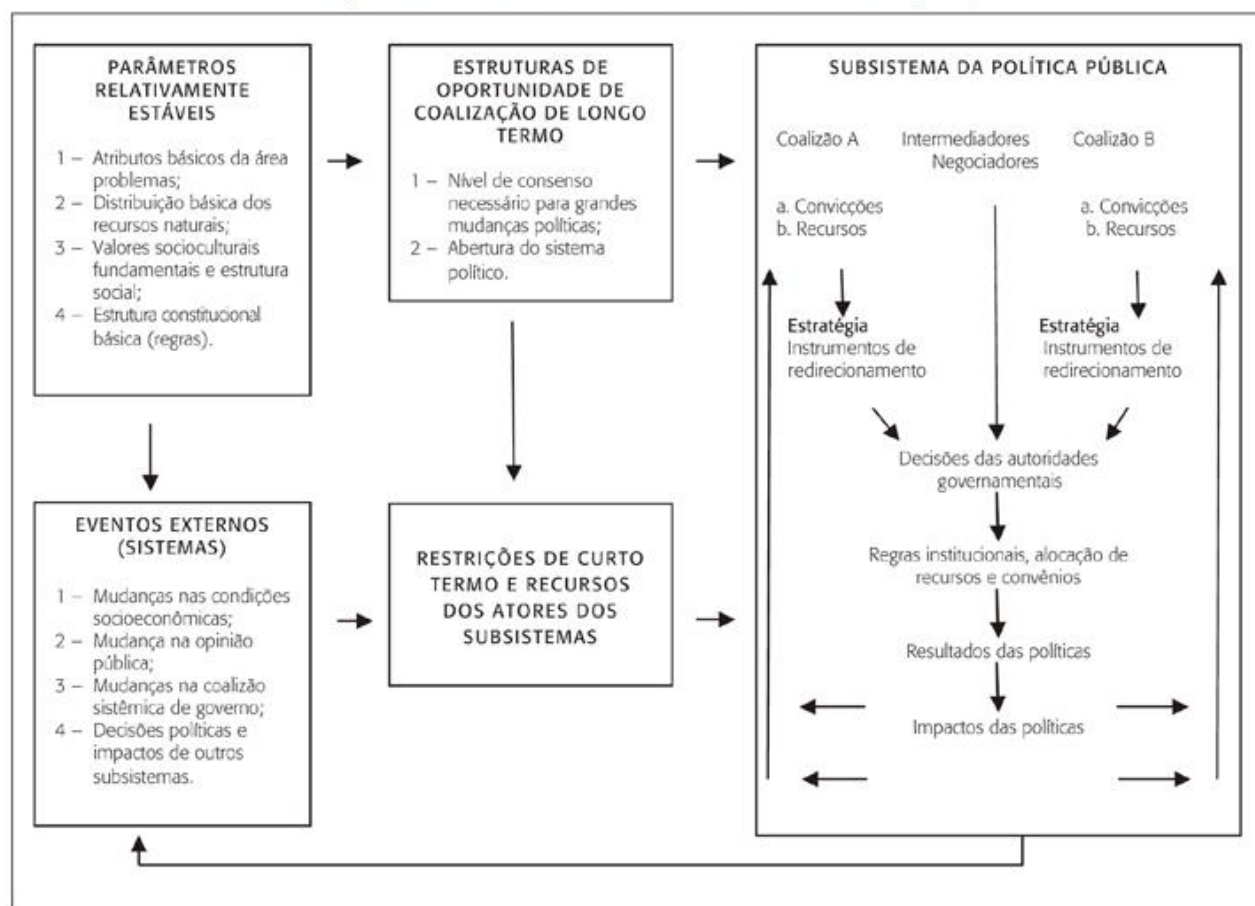
Segundo o das coalizões de causa” modelo“ ou Advocacy Coalition Framework (ACF) de Paul Sabatier e Hank Jenkins-Smith (1993), as políticas públicas resultam de conflitos entre grupos de atores, nem tanto para defender os seus interesses, mas principalmente para apoiar “causas”. Esses atores são reunidos em uma ou mais coalizões porque compartilham um conjunto de visões do mundo (valores, causalidades, representação de um problema) e atuam juntos para traduzir suas crenças em uma política pública.

Para Tomazini (2010) as coalizões buscam continuamente influenciar as decisões dentro de um determinado subsistema político. Isto inclui uma pluralidade de atores, como agências e órgãos públicos em todos os níveis de governo, líderes de grupos de interesse, pesquisadores, jornalistas, etc.

De acordo com a proposta de Sabatier e Jenkins, cada coalizão se agrupa em torno de valores e crenças que são compartilhados em três níveis: 1) em torno de um núcleo de valores fundamentais, 2) crenças próprias ao subsistema específico da política pública, 3) aspectos secundários relativos aos detalhes específicos sobre as políticas públicas como, por exemplo, as regras de aplicação de um instrumento ou os critérios de definição de uma categoria alvo.

Segundo Tomazini (2010) as coalizões desenvolvem um conjunto de estratégias a partir de seus recursos políticos: as leis, decretos, dotações orçamentárias, decisões políticas produzirão certos resultados (*outputs*) que resultarão, por sua vez, em reações (*feedback*) e impactos nas estratégias iniciais de cada coalizão e de seus sistemas de crenças. A autora argumenta que a maioria das mudanças nas políticas públicas são superficiais, pois ocorrem no confronto entre aspectos secundários. Segundo Sabatier e Jenkins-Smith (1993), para provocar uma profunda inflexão da política pública, as coalizões contestadoras terão de esperar e aproveitar as oportunidades geradas particularmente por eventos vindos de fora do subsistema.

Figura 1
Diagrama do modelo de coalizão de defesa (ACF)



Fonte: Sabatier e Weible (2007:202), tradução de Oliveira (2011:18).

2.3. As coalizões multi-níveis de ação pública

Coalizões inter / transnacionais incluem atores dos diferentes níveis de ação: territórios (atores das organizações camponesas ou indígenas por exemplo, saber local); estado (expertos científicos; administradores; organizadores internacionais (Dumoulin, 2002, 2010):

-Permitem a circulação das ideias de um nível a outro durante o período de definição da política pública (construção de uma "causa")

-Permitem a coordenação entre as instituições e os atores dos diferentes níveis durante o período de implementação da política.

Certos atores da coalizão são centrais para a circulação e a coordenação: são os "brokers" ou mediadores, muitas vezes multiposicionados (Muller, 1991; Nay, Smith, 2004)

Eles têm a capacidade política de passar de um nível a outro na coalizão graças aos seus recursos (perícia técnica ou científica; informação; capital social; capacidade a representar grupos sociais).

São indivíduos que mostram uma capacidade política para organizar a coordenação e a colaboração: centralidade e densidade de suas interações sociais na coalizão. Eles constituem uma "liderança transacional" (Chisholm; Bailey; Nay e Smith; Kooiman) para construir sua coalizão multi-níveis.

A dinâmica do desenvolvimento regional e territorial tem levado a aparição de novos ofícios, novas profissões e práticas de mediação / negociação num processo de institucionalização da ação pública multi-níveis.

- os funcionários dos serviços do estado agregam a suas capacidades de experto técnico a capacidade política de mediação/negociação nas coalizações multi-níveis
- Aparecem assim umas novas elites da ação pública: representantes de comunidades de agricultores ou povos tradicionais, mulheres, comunidades científicas ...

2.4. Avanços e limites do modelo

Segundo o próprio Sabatier, esse modelo é adaptado para problemas complexos que implicam « conflitos em termos de objetivo, controvérsias técnicas e entre múltiplos atores vindo de diferentes níveis de governo»; pois, nesses casos, são as ideias presentes nas coalizões que prevalecem. Essas coalizões atuam dentro de um subsistema de política pública no seio do qual são representados ao mesmo tempo, atores que vêm de instituições legislativas e serviços públicos para os do Estado, e de lideranças de grupos de interesse, pesquisadores e jornalistas com descobertas ou influencia mediática que podem influenciar as decisões, no caso da sociedade civil. Se essas coalizões se impõem aos atores, dá para entender que a sua análise deva ser pensada no longo prazo: não dá para ver as coisas mudar se as mesmas coalizões se mantem e coexistem. Isto vai no mesmo sentido da crítica que considera que as teorias das redes de políticas públicas não levam suficientemente em conta a mudança na política publica. No entanto, Sabatier e Jenkins tem também desenvolvido uma abordagem das possibilidades de mudança dessas condições

Eles admitem que esses subsistemas e as suas coalizões de causa são sometidos a condicionantes externos: algumas são relativamente estáveis no tempo, como a repartição dos

recursos naturais, as regras constitucionais que enquadram toda política pública ou os valores reconhecidos como fundamentais para uma cultura dada ; outras coalizões são pelo contrário, mais moveis: podem evoluir em função das mudanças econômicas e sociais, as viravoltas da opinião públicas, do equilíbrio ou dos jogos dos partidos políticos. E tem também, tem que levar em conta o que fazem e dizem as outras coalizões dos outros subsistemas.

Uma mudança profunda de política pública exige transformações importantes desses fatores externos, perturbações socioeconômicas ou vindas de um outro setor que mudam os recursos ou as crenças dos principais atores, ou pelo menos as posições que antes defendiam, de tal modo que uma coalizão até então minoritária poderia se tornar majoritária. Podemos interpretar assim a brusca mudança dos discursos sobre o liberalismo econômico e financeiro de atores políticos ou peritos após a crise de 2008. Pode se considerar que uma catástrofe natural provocou a decisão do governo japonês de parar a produção de energia nuclear depois do sismo que atingiu a Central de Fukushima em 2011.

Patrick Hassenteufel considera, no entanto, que o aporte explicativo do método ACF é sempre perfectível. Pois ele não aborda a maneira como se constituem os subsistemas descritos e a explicação da mudança permanece vaga, porque quando é integrada, é por conta de fatores que são demasiado externos a esse subsistema.

3.A teoria da reciprocidade

3.1.A reciprocidade na Antropologia

A noção de reciprocidade nas ciências sociais foi mobilizada nos anos 1990 por três quadros teóricos que se cruzaram mais recentemente nos 2000: a sociologia econômica aplicada a economia solidária (Laville, 2000 ; Cattani, 2003), a governança dos recursos em propriedade comum (Ostrom, 1990, 1998 ; 2003, 2005) e a renovação da teoria da reciprocidade na antropologia (Scubla, 1985 ; Temple e Chabal, 1995). O mérito comum a esses três enfoques é oferecer uma leitura teórica das relações sociais e, sobretudo econômicas, que propõe, através do princípio de reciprocidade, uma alternativa à naturalização da lógica de concorrência entre interesses privados levando a generalização da troca mercantil como modo de regulação da sociedade.

Em etnologia e antropologia, a reciprocidade designou por muito tempo as prestações mútuas de alimentos, de bens e de serviços entre pessoas e entre grupos (Mauss, 1924), em particular nas sociedades, indígenas e camponesas. Lévi-Strauss (1949) pôde, assim, propor um princípio de reciprocidade governando o conjunto das relações e estruturas de parentesco. Do ponto de vista antropológico, o princípio de reciprocidade corresponde, portanto, a um ato reflexivo entre sujeitos, a uma relação intersubjetiva e não somente a uma simples permuta de bens ou de objetos. Foi procurando teorizar sobre a dádiva e a troca que Mauss re-descobre o princípio de reciprocidade proposto por Malinowski (1922). Paradoxalmente, procurando colocar a dádiva na origem da troca no Ensaio sobre a Dádiva, Mauss (1924/1989) mostra que a dádiva é oposta à troca mercantil. Mas ele demonstra igualmente, através da formulação da tríplice obrigação *dar, receber e retribuir* que é a reciprocidade que está no início dos ciclos de dádiva. (Mauss, 1989: 185).

Mauss (1931/1968) se deu conta da origem natural das estruturas de reciprocidade nas condições do parentesco original, em particular em termos de exogamia e de filiação. Então, estabeleceu a existência de formas de reciprocidade direta (as relações de reciprocidade binárias, em particular o cara a cara) e indiretas: as relações de reciprocidade ternárias que envolvem mais de dois sujeitos (Mauss, 1947: 128-131).

No mesmo espírito, Alvin Gouldner em “*The norm of reciprocity*” (1960) analisa a reciprocidade enquanto norma moral. Trata-se, para ele, de uma norma moral generalizada e universal essencial à manutenção de estruturas sociais e de sistemas sociais estáveis. Identificou formas de reciprocidade assimétricas - que ele qualificou como heteromorfias - assim como a variação das formas de reciprocidade segundo os estatutos dos indivíduos. Mas ele não chegou a examinar quais são as estruturas de base constituídas pelas práticas de reciprocidade (em termos de aliança, de parentesco ou de prestações econômicas), suas condições e seus efeitos, tarefa que ele evocou como o dever do sociólogo (1960 :163).

3.2. A teoria da reciprocidade de Temple e Chabal

O primeiro elemento próprio à teoria da reciprocidade envolve a definição do conceito do ponto de vista sócio antropológico. *O princípio de reciprocidade não se limita a uma relação de dádiva/contra dádiva entre pares ou grupos sociais simétricos*. O reducionismo dessa definição que por muito tempo prevaleceu e ainda prevalece às vezes na antropologia, conduz, de fato, a uma confusão entre troca simétrica e reciprocidade. Esse impasse persiste enquanto a reciprocidade for interpretada com a lógica binária que convém à troca. A troca, explica Chabal (1998) pode se reduzir, no limite, a uma permuta de objetos. Temple e Chabal (1995) propõem recorrer à lógica ternária de Lupasco (1951) a qual faz aparecer um Terceiro incluído na relação de reciprocidade. Permite, assim, interpretá-lo ao mesmo tempo como o “resultado e o ser” dessa relação e dar conta dela como da estrutura originária da intersubjetividade, irreduzível à troca de bens ou de serviços que libera do elo social ou da dívida.

Do ponto de vista econômico, a reciprocidade constitui, portanto, não somente uma categoria econômica diferente da troca mercantil como havia identificado Polanyi (1944, 1957), mas um princípio econômico oposto ao da troca ou mesmo antagônico da troca.

O segundo elemento da teoria, e que participa do seu caráter universal, é que *a reciprocidade pode recobrir várias formas*. De forma geral, a antropologia e a etnologia consagraram sob essa terminologia apenas a reciprocidade das dádivas: oferendas, partilhas, prestações totais, *potlatch* que constituem o que Temple e Chabal (1995) designam pela *forma positiva* da reciprocidade. Mas existe, igualmente, uma forma de *reciprocidade negativa*, a dos ciclos de vingança. Diferentemente da troca cujo desenvolvimento ou extensão é associado à lógica da concorrência e do acúmulo pelo lucro, a lógica da vingança está ligada a uma dialética da honra como a da dádiva está ligada a uma dialética do prestígio. Contudo, a sede de prestígio (fonte de autoridade e, portanto, de poder, nas sociedades de reciprocidade) motiva o crescimento da dádiva “*mais eu dou, mais eu sou*”. Entre as expressões extremas das formas negativas e positivas da reciprocidade, as sociedades estabeleceram, então, diversas formas intermediárias. Trata-se, em particular, de controlar o crescimento da dádiva: a ostentação, o *potlatch* ou a dádiva agonística que destruam e submetam o outro mediante o prestígio.

Em terceiro lugar, *as relações de reciprocidade podem ser analisadas em termos de estruturas*, no sentido antropológico do termo. Assim, elas podem ser declinadas segundo algumas estruturas elementares (Temple, 1998). As relações de reciprocidade estruturadas sob uma forma simétrica são aquelas que geram valores afetivos e éticos como o havia identificado Aristóteles no livro *Ética a Nicômaco* (1994). A relação de reciprocidade em uma estrutura bilateral simétrica gera um sentimento de amizade; a estrutura de divisão simétrica dos bens dentro de um grupo gera a justiça. Assim, outros tipos de relação organizadas em outras estruturas podem produzir outros valores específicos. Esse elemento constitui, sem dúvida, a parte mais complexa da teoria da reciprocidade proposta por Temple e Chabal (1995). É o

aspecto mais difícil de validar, visto que ele envolve não somente a produção de valores materiais ou instrumentais, mas também a produção de sentimentos e de valores humanos. É também o elemento mais original e interessante da teoria, aquele que oferece a possibilidade de análises e de propostas alternativas em matéria de economia.

O quarto elemento da teoria remete aos *diferentes níveis do princípio de reciprocidade e aos modos que lhe são específicos*. Existem três planos ou níveis de reciprocidade: o real, o simbólico (a linguagem) e o imaginário (as representações).

Assim, existem várias *estruturas elementares* nas quais as relações de reciprocidade recorrentes geram sentimentos diferentes e, portanto, valores diferentes. Existem, igualmente, várias *formas* de reciprocidade que lhe conferem imaginários diferentes. O sentimento do ser originário pode ser capturado no imaginário do prestígio ou no da vingança, dando lugar a formas de reciprocidade positivas, negativas e simétricas. Estruturas, níveis, formas se articulam para formar sistemas de reciprocidade.

3.3.. Aplicação às dinâmicas de manejo de recursos e de territórios comuns

Como considerar as estruturas elementares de reciprocidade? São construções teóricas, recursos classificatórios para permitir a análise. Segundo Lévi-Strauss (1949) a noção de estrutura designa as diversas maneiras pelas quais o espírito humano constrói valores e sistemas de valores. Nos dispositivos coletivos assegurando o acesso, a produção ou o manejo de recursos comuns, fica impossível dissociar a satisfação das necessidades econômicas da importância (quando não da prioridade) dada ao laço social ou à relação humana de solidariedade. Quando tais formas de relações são recorrentes e reguladas socialmente, elas se institucionalizam, dando lugar a figuras que podemos analisar como estruturas de reciprocidade (Temple, 1998).

As relações mobilizadas nessas estruturas de reciprocidade geram valores materiais e valores instrumentais imateriais, mas produzem também sentimentos dando lugar a valores afetivos (amizade, proximidade, etc.) e a valores éticos como a confiança ou a responsabilidade.

A distinção de estruturas elementares de reciprocidade gerando sentimentos de si ou sentimentos compartilhados dando lugar à produção de valores éticos constitui o principal aporte inovador e diferenciado da teoria da reciprocidade. Formulado assim seria apenas um postulado normativo. A validação científica dessa proposta teórica passa por estudos empíricos. Pelo tanto vou ilustrar aqui a minha proposta, não tanto na base das minhas pesquisas, mas, principalmente, a partir daquelas de autores brasileiros trabalhando no Brasil ou na América Latina.

A produção de valores nas estruturas de reciprocidade

De acordo com Temple (1998) pode-se classificar as estruturas elementares em dois grupos: reciprocidade binária e reciprocidade ternária, e o grupo da reciprocidade binária em dois outros: o *face to face* (cara a cara) e o compartilhamento.

A organização local da produção e a reprodução econômica e social das comunidades e dos territórios rurais do Brasil oferecem exemplos bem atuais das relações de reciprocidade.

- a relação de cara a cara é típica da ajuda mútua, do mutirão entre duas famílias de agricultores (Caldeira, 1957).

Oliveira e Duque (2004) e Duque *et. al*, (2004) identificam essa relação entre famílias do semiárido paraibano que praticam o mutirão para a construção de cisternas e no marco de fundos rotativos.

.....podemos concluir que os laços sociais de reciprocidade e confiança, que constituem a base do processo de sociabilidade camponesa podem ser tanto horizontais— e, nesse caso, reforçam a solidariedade com potencial de organização e conquista da autonomia — quanto verticais— dando origem, ou reforçando, uma cultura da subalternidade que impede a autonomia, favorecendo o clientelismo. (Duque *et. al*, 2004: 125)

Aveline (2015) identifica a produção de amizade mediante a ajuda mútua entre duas famílias de Mambai-GO para a comercialização dos seus produtos (carona solidária, comercialização cooperada, venda porta-a-porta). Ele observa “*dois agricultores se juntaram para produzir e comercializar: Valdecir que possui "contratos sem assinar" (venda direta fundada na relação de confiança) e a prática da ajuda mútua no PA São José para transportar e vender*”. Esse sentimento de amizade pode se prolongar por alianças mais duráveis como o compadrio ou o casamento de filhos (Mayer, 2002).

A estrutura de compartilhamento está sendo verificada em vários casos de gestão de bens em propriedade comum: recursos naturais (terra, pastagens, água, reserva florestal extrativa) ou equipamentos coletivos (casa de farinha, sistema ou rede de irrigação), assentamentos de reforma agrária (Lazzaretti, 2006) ou perímetros irrigados (Marinozzi, 2000).

A tese recente de Pugen (2015) no Rio Grande do Sul evidencia a produção de sentimentos e de valores éticos a partir do manejo compartilhado de um território de turismo rural

A alegria com que doavam isto em cada visita era visível e pode-se interpretá-la como um momento de criação de um vínculo, pois os agricultores se sentiam orgulhosos e valorizados por participarem também de um estudo acadêmico. Inicialmente, o que poderia ser uma dívida interessada (eles forneceria informações a mim e eu poderia oferecer auxílio técnico a eles) se mostrou dívida geradora de valor ético: respeito e amizade.

Vários exemplos de citações da tese indicam a produção de sentimentos e de valores: *Parece um membro da família; não adianta simplesmente fazer por fazer, nós temos que deixar alguma coisa para os turistas; Na questão financeira ajuda, mas eu me sinto bem porque a gente tem mais uma autoestima né. Se sente valorizado, as pessoas conversando, parece assim que a gente se sente respeitado pelos outros; daí estas pessoas de fora vinham e começavam a adquirir os produtos, mas a gente nunca explora eles [os turistas]; Eu sempre pensei assim: em tirar o lucro que não me desse prejuízo, mas que eles pudessem levar e ficar bom pra eles também; Se fosse pelo dinheiro nós não estaríamos mais participando.*

As estruturas de reciprocidade ternária envolvem pelo menos três partes. A reciprocidade ternária pode ser unilateral. É o caso, por exemplo, da transmissão entre gerações: transmissão de saberes (educação, iniciação, aprendizagem).

Na Universidade Camponesa no Cariri-PB, as avaliações em termos de aquisição de competências e de aprendizagem social ou coletiva expressam de maneira clara a existência de uma produção associada de valores éticos e simbólicos (respeito, confiança, dignidade) mais também afetivos (amizade, solidariedade) junto com os valores materiais ou instrumentais (Coudel e Sabourin, 2005; Coudel *et al*, 2009).

Essa geração de confiança foi promovida e construída porque a metodologia da estrutura de formação entre pares permitiu um tratamento aberto, de respeito e de humildade, de humano para humano, entre os formandos e formadores. Não se trata apenas de produzir ou de transmitir

conhecimentos, mas de criar as condições coletivas e institucionais da aprendizagem, o que supõe começar por devolver ou dar dignidade e palavra aos camponeses em capacitação. Trata-se, portanto, também, de dar conhecimentos, de compartilhar opiniões e tomadas de consciência mútuas e coletivas. Por fim trata-se de compartilhar práticas: práticas pedagógicas, visitas de observação, viagens de estudo e, sobretudo, trabalhos manuais de artesanato e de artes.

Os formandos explicam o sucesso ou a eficiência das aprendizagens pela importância:

- do *respeito do outro* (formando ou formador), da *capacidade de escuta que tem gerado essa confiança no seio do grupo*;
- das *relações de intercâmbio mútuo* (recíproco) com outros profissionais ou atores socio-técnicos (agricultores, artesões, poetas, artistas);
- da *prática coletiva de trabalhos manuais nas aulas e oficinas de artes plásticas, incluindo a aprendizagem por todos os professores*, o que tem criado relações horizontais inter-pares entre formandos e entre formadores e formandos, além dos diferentes estados sociais ou profissionais.

Finalmente os formandos destacaram a produção de várias configurações de produção de valores éticos: a) respeito, reconhecimento e amizade são produzidos pela situação de « cara a cara » ou *reciprocidade bilateral simétrica*; b) a confiança coletiva é produzida pela *estrutura de compartilhamento* no sentido de compartilhar algo no seio do grupo: participação compreendida, repartição e solidariedade; c) o sentimento de justiça na aprendizagem e na tomada de consciência é produzido pela equidistância entre a necessidade do saber (a sua aplicação, para si e para os outros) e a fonte do saber (personificada pelo formador), corresponde a *estrutura de reciprocidade ternária bilateral*.

Segundo o mesmo princípio, mas no caso de incubadoras de empreendimentos solidários no DF, Rosana Kirsch (2007) mostra como para conseguir motivar os adultos, os pedagogos têm construído relações pedagógicas de reciprocidade simétrica valorizando uma aprendizagem mútua e equilibrada entre formadores e formandos. Assim “tanto do ponto de vista simbólico como real (os aspectos materiais e imateriais dos saberes compartilhados) uma pedagogia de reciprocidade educativa favorece a constituição de uma relação de reciprocidade mais simétrica entre incubadora empreendimento solidário, gerando serviços materiais, conhecimentos, mas também, valores afetivos: amizade, respeito, autoestima e éticos: dignidade, responsabilidade, confiança (Kirsch, 2007; Kirsch e Sabourin, 2007).

Radmosky e Schneider (2007:272) evocam também a importância dos próximos para compartilhar informações no caso do mercado das frutas no RS. *O que fazíamos anteriormente era buscar familiares, parentes, amigos, conhecidos [para trabalhar]. Hoje, o que a gente faz para conseguir informações. Nós buscamos familiares, parentes, amigos e conhecidos.*

No Município de Unaí-MG, Lenne (2006) acompanhou a confrontação e a partilha de conhecimentos entre pesquisadores e agricultores no marco de dispositivos de inovação participativa em torno de sistemas de plantio direto de grãos nos assentamentos de reforma agrária. Ela analisa de um lado os conhecimentos produzidos ou partilhados em termos de objeto e de outro lado os valores humanos éticos ou afetivos associados às dinâmicas sociais dos conhecimentos. De fato, os agricultores em grande parte, mas também os pesquisadores, não conseguem separar a produção, a aquisição ou a transmissão de saberes ou de um saber-fazer, das relações humanas e sociais (inclusive as relações institucionais e de poder) dentro das quais acontecem os processos de diálogo ou de experimentação (Lenne, 2006).

São esses valores, geralmente não identificados e reconhecidos pelos usuários, que permitem manter as regras de compartilhamento ou de ajuda mútua entre os beneficiários. Além de produtos, se tornam assim motores da reprodução das relações de reciprocidade, pois tais

relações permitem, pelo menos, reproduzir as regras ou os ciclos desses dispositivos de ajuda mútua, de transmissão de patrimônio, mas como já vimos nos exemplos citados de manejo compartilhado de diversos tipos de recursos.

Territorialidades de reciprocidade

A territorialidade é um conceito que se declina ao plural, contrariamente ao de território; contudo o plural traz a interface e a interface leva ao contrato. É, por exemplo, o caso das territorialidades econômicas geradas pela qualificação dos produtos em torno de uma identidade territorial e através do selo personalizado. As dificuldades e limitações da política de valorização da multifuncionalidade da agricultura na França, não devem mascarar as suas contribuições. A noção de contrato entre atores de um projeto multifuncional territorial ou de um projeto de nova territorialidade pode facilitar a formalização de uma interface entre uma relação de reciprocidade e uma relação de troca. O contrato encontra na abordagem multifuncional e territorial, aplicações que podem tanto servir para submeter às relações de reciprocidade a estruturas capitalistas (a utilização da ajuda mútua ou das redes interpessoais) quanto para a tendência contrária. No caso, iniciar uma reflexão mais profunda que conduziria à ideia de territorialidade específica e, portanto, a territorialidades “preservadas” de reciprocidade.

Nos estudos que conduzimos sobre o aspecto multifuncional da agricultura no Brasil, na França e na Nova Caledônia (Sabourin, 2010; Groupe Polanyi 2008), o destaque foi colocado na criação ou na modernização de dispositivos coletivos de apropriação e/ou de repartição coletiva de recursos (ou meios de produção), necessários à produção agrícola, assimilados a bens comuns ou a bens públicos locais. Esses exemplos estabelecem a maneira cuja alocação dos meios de produção pode ser realizada, coletivamente e segundo práticas de reciprocidade, mesmo se em seguida, o processo da produção se dá de maneira familiar ou individual em vista de uma venda nos mercados.

Nos casos estudados, o aspecto multifuncional como o caráter territorial e gratuito desses dispositivos coletivos são garantidos por regras de reciprocidade de origem camponesa. A atualização dessas regras por meio de organizações de natureza produtivista baseadas no desenvolvimento da troca mercantil (associações e cooperativas) dá também lugar a tensões ou a conflitos de interesses.

Os principais ensinamentos são de duas ordens. Os dispositivos territoriais estudados mostram complementaridades mais ou menos estabilizadas e tensões entre prestações (geralmente qualificadas de mercantis e não mercantis) decorrentes, de fato, de naturezas econômicas diferentes. Isto leva a aprofundar e melhor qualificar a natureza das regras e dos princípios econômicos que presidem cada uma dessas categorias de prestações. Consequentemente, proponho mobilizar os conceitos de troca e de reciprocidade, que permitem dar conta de uma diferença entre dois princípios econômicos de natureza diferente e de sua relação dialética.

Recorrer a oposição mercantil/não-mercantil induz a um erro cheio de consequências: excluir a reciprocidade do mercado enquanto a maioria dos mercados no mundo não capitalista são mercados de reciprocidade ou associando as duas lógicas.

3.4. Medir a reciprocidade pela análise das redes sociais

É possível qualificar e quantificar relações de proximidade com os métodos e ferramentas da análise de redes sociais. Como para outras relações sociais ou interpessoais, pode-se caracterizar a proximidade, a intensidade, a frequência, a densidade, a reversibilidade e a interatividade de uma relação de reciprocidade ou até qualificar a sua natureza (confiança, amizade). No entanto, é bom lembrar que os modelos dos programas de desenho e de análise de redes respondem as perguntas formuladas a partir dos dados que lhes são fornecidos, da mesma maneira que podem fornecer representações gráficas de estruturas e sistemas de relações. Mas, é muito importante primeiro saber qualificar e diferenciar uma relação de reciprocidade de uma relação de troca simétrica ou pessoalizada ou uma relação estruturante de compartilhamento de um recurso comum de uma empresa mercantil com estatuto de cooperativa. Logo, as análises quali-quantitativas de redes sociais ou socioeconômicas não trazem todas as respostas possíveis em termos de lógicas de reciprocidade ou de troca. Pelo tanto, é importante uma verificação empírica e a qualificação dos valores afetivos e éticos gerados por essas relações. Isto supõe de cruzar numerosas entrevistas muito qualitativas a partir de perguntas sutis ou até íntimas (sobre a afetividade, os sentimentos produzidos).

As redes interpessoais são, por natureza, afetivas, preferenciais, e pelo tanto seletivas e subjetivas. As redes sociais podem também ser associadas a religiões ou partidos políticos e assim a valores de natureza ideológica ou religiosa. Pelo tanto as relações interpessoais geradas nelas podem constituir estruturas de reciprocidade, mas que são dedicadas a fé, a um dogma político ou religioso. Passam então a gerar valores de obediência e de submissão a palavra de união religiosa ou ideológica, o que não deixa muito espaço para outros tipos de valores, saberes e ainda menos para considerações éticas.

As redes técnico-econômicas (Callon, 1991) podem ser mais facilmente mobilizadas para prestações econômicas; mas, aqui também, tudo depende da natureza dos projetos dos atores dessas redes. Os valores de confiança e as práticas solidárias que os constituem podem ser analisados segundo dois planos distintos.

De um lado, a confiança, valor moral remete no plano afetivo ou espiritual e do outro, as práticas recíprocas de ajuda mútua de solidariedade tem a ver, diretamente ou não, com uma produção material. Nos dois casos, pode-se tratar de relações de reciprocidade ou de troca. Mas no caso da transferência de informações, como separar o que releva da lógica utilitarista destinada a reduzir custos de transação ou facilitar transferência de conhecimento com vista a uma atividade material mercantil, e o que depende de uma lógica de reciprocidade com vista ao compartilhamento do saber, das informações e a ampliação das relações humanas, numa preocupação do interesse pelos outros?

Somente a análise tanto dos projetos como dos valores dos atores e das estruturas relacionais usadas poderá permitir de diferenciar a natureza das lógicas. Esses valores perduram em muitos casos, apesar da extensão da troca livre neoliberal. No entanto, para promover formas de desenvolvimento da coletividade, apoiando-se nas redes sócio técnicas ou socioeconômicas, é necessário caracterizar as relações e estruturas que as constituem: aquelas que ademais de contribuir as atividades materiais produzem também valores éticos. Como uma rede de reciprocidade produz confiança? Quais são os valores inscritos nos costumes ou na reconstrução social a partir do plano simbólico ou do imaginário (representações filosóficas, religiosas, ideológicas etc.) e como esses valores são produzidos?¹

¹ Magalhães e Abramovay (2005) colocam essa questão a propósito da construção de uma rede de cooperativas de crédito no Sertão da Bahia.

Conclusão

Por um lado, encontramos justificção da mobilização do capital social segundo uma lógica utilitarista claramente associada a eficiência em matéria de cooperação e de coordenação das transações econômicas e financeiras. Por extensão, as relações humanas (proximidade, interconhecimento, amizade) e os processos de organização são encorajados na medida em que permitem reduzir os custos de transação, de valorizar o capital humano (aprendizagem, produção e difusão de informação, de inovação e de saberes), de desenvolver capacidades (Sen, 1999) ao serviço da produção e da acumulação privada de valores materiais.

Da para medir a diferença de projeto humano em termos de ética, como em termos de resultado social (a distribuição dos recursos, saber ou riquezas) entre a única produção de valores materiais de troca para fins mercantis e de acumulação privada do lucro e, do outro lado, o desenvolvimento de relações humanas de complementariedade e de reciprocidade entre sujeitos. Como ilustram os exemplos citados, as contradições entre esses dois projetos ou tendências são fontes de tensão ou de confusão.

Por outra parte, existe também, uma produção material de uso e de mercado, gerada e multiplicada por formas de reciprocidade produtiva (ajuda mútua, cooperativismo de base, gestão compartilhada de recursos comuns, redistribuição de saberes, produção de bens públicos locais) cuja manutenção e reprodução depende da preservação de relações de reciprocidade, mais ou menos instituídas ou pelo contrário, fragilizadas. Mas, essas estruturas não são mobilizadas somente pelos seus aspectos materiais. Funcionam também no plano simbólico (pelas formas de linguagem) ou mediante regras, normas ou costumes, associados ou não a uma tradição ou a sua atualização em estruturas econômicas, sociais ou organizativas que relevam de representações e de decisões políticas.

A organização não formalizada constituída pelas redes sociais e sócio-técnicas foi também reconhecida e promovida apostando em relações humanas de interconhecimento, proximidade ou de interação para facilitar a transferência de informações e a difusão de ideias ou de inovações. Mas os atributos associados as redes técnico-econômicas, de informação, de inovação ou as redes de comercialização podem ser analisadas segundo dois planos distintos. De um lado, a confiança, valor moral, remete ao plano afetivo e do outro, a ajuda mútua, a solidariedade, as práticas e relações de reciprocidade remetem diretamente ou não, a uma produção material. Portanto é importante saber separar o que releve da lógica utilitarista de redução dos custos de transação, daquilo que tem a ver com um projeto de solidariedade econômica ou de redistribuição social.

Références

- Akrich M, Callon M, Latour B. À quoi tient le succès des innovations. Deuxième épisode : l'art de choisir les bons porte-parole. *Annales des Mines*, 1988 : 14-29.
- Alter N. *L'innovation ordinaire*, Paris: PUF, 2000, 278p
- Aveline I. A. 2015. A agricultura familiar e a construção social de mercados em assentamentos rurais do município de Mambai, nordeste de Goiás. Brasília, Universidade de Brasília, CDS. Projeto de qualificação de mestrado
- Callon, M. Eléments pour une sociologie de la traduction: la domestication des coquilles Saint-Jacques et des marins pêcheurs dans la baie de Saint-Brieuc. *L'Année Sociologique*. n° 36. 1986 : p.169-208.
-

- Callon, M. Réseaux technico-économiques et irréversibilités in. Boyer, B., Chavance, B. Godard, O.(ed) *Les figures de l'irréversibilité en économie*. Paris: EHESS, 1991, p.195-232
- Coudel, E ; Sabourin, E. 2005. Apprentissage et action collective au Nordeste du Brésil : l'Université Paysanne, Montpellier, Cirad - Inra, actes du projet Accolade, 35p.
- Coudel, E ; Sabourin, E. ; Tonneau, J.P., 2009. Dynamiques et apprentissages d'une première expérience de construction d'une Université Paysanne au Brésil in Concevoir et construire la décision : Démarches en agriculture, agroalimentaire et espace rural, E de Turckheim, B Hubert, A Messéan (coord.) Versaille, Editions Quae, 360p. Update Sciences & technologies
- Darré J.P. La production de connaissances dans les groupes locaux des agriculteurs, *Agriscopes*, n° 7, 1986, p.24-35
- Duque G.; Sidersky, P.; Oliveira M S L. Fundos rotativos: organização e desenvolvimento local no semi-árido paraibano - potencial e limites do resgate das tradições de reciprocidade. In: *Revista Raízes*, UFCG/PPGS, vol. 23, 2004, 117-126.
- Gondard P. L'innovation agraire en PVD : concept et méthodes d'observation. In *l'innovation en milieu rural*, doc LEA 1. Montpellier: Orstom, 1991, p. 5-11
- Gouldner A W. 1960, The Norm of Reciprocity, *American Sociological Review*, 25-2 :161-178.
- Hassenteufel P. 2010. Comparaison in Boussaguet L.Jacquot S., Ravinet P. *Dictionnaire des politiques publiques* , Paris, Presses de Sciences Po, pp 148 à 155
- Hatchuel, A. Apprentissages collectifs et activités de conception. *Revue Française de gestion*, Juin-aout 1994, pp 109-120.
- Hatchuel, A. Quel horizon pour les sciences de gestion ? Vers une théorie de l'action collective. In: *Les nouvelles fondations des sciences de gestion*. A. David, A. Hatchuel, R. Laufer. Paris : Vuibert FNEGE, 2000, p.7-43.
- Hocde, H. *No quiero plata, Quiero conocimientos, no equivocarse de planteamiento!* San José, Costa Rica: IICA-PRIAG, série estratégica, Documento 22, 1997, p55
- Kirsch R. 2007. Incubação de empreendimentos da economia solidária e as implicações das relações de reciprocidade, Brasília, UnB, *diss. mestrado de sociologia*, 260p
- Kirsch R., Sabourin E. 2007 Implicações das relações de reciprocidade na incubação de empreendimentos da economia solidária in *XIII Congresso Brasileiro de Sociologia*, Recife
- Latour B, La science en action. Paris : La Découverte. 1989.
- Latour B. ; L Law « Where are the missing masses? The sociology of a few mundane artifacts », in Bijker, Wiebe E.; Law, John, *Shaping technology/building society: studies in sociotechnical change*, Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1992, pp. 225–258
- Lazzaretti, M. A. Ações coletivas nos assentamentos do MST: relações de poder e subjetividade. Campina Grande: UFCG- PPG em Sociologia. Tese, 2007.
- Lenne P. 2006. Confrontation des connaissances entre agriculteurs et chercheurs dans un dispositif de co-construction de l'innovation : le cas du semis direct à Unaí (MG-Brésil). Master Pro, anthropologie du développement local, IEDES, Paris I Sorbonne, Cirad.
- Lévi-Strauss C. [1949] 1967, *Les structures élémentaires de la parenté*, Mouton, La Haye.
- Lévi-Strauss C. [1950] 1977, *Introduction à l'œuvre de Marcel Mauss*, in Mauss M. Sociologie et Anthropologie, PUF, Paris, 482p
- Lupasco S. 1951, *Le principe d'antagonisme et la logique de l'énergie*. Paris, Herman
- Malinowski B. [1922] 1963, *Les argonautes du Pacifique Occidental*, Paris, Payot
- Marinozzi G. 2000. Stratégies collectives et dispositifs de commercialisation : l'essor de la fruticulture irriguée à Juazeiro Petrolina. Université de Toulouse, Essor, Thèse de Doctorat en économie.
- Mauss M, [1924] 1950/1977. "Essai sur le Don", In: *Sociologie et Antropologie*, Paris, PUF, Edition 7 1989
- Mauss M. [1931] 1968-1969, *Œuvres*, Volume III. Paris : Ed. de Minuit

- Mauss M. [1947] 2002, *Manuel d'ethnographie*, Paris, Payot.
- Mayer E. 2002, *The Articulated Peasants: Household Economies in the Andes*. Boulder: Westview Press, 390p
- Medaets J P ; Medeiros J X 2004, A Ação coletiva no controle da qualidade da produção orgânica familiar: Análise comparativa entre a certificação por auditoria externa e a certificação participativa em rede. In XLII Congresso da SOBER, 2004
- Oliveira M S L, Duque G. 2004. Reciprocidade e sociabilidade no Cariri Paraibano, XXIV Reunião Brasileira de Antropologia, Olinda, 20p.
- Ostrom E. 1998, A behavioural approach to the rational-choice theory of collective action, *American Political Science Review* , 92:1-22.
- Ostrom E. 2003, Toward a Behavioral Theory Linking Trust, Reciprocity and Reputation in E. Ostrom & Walker (ed.) *Trust and Reciprocity: Interdisciplinary Lessons for Experimental Research*, New York: Russell Sage Foundation : 19-78
- Ostrom E. 2005. Policies that Crowd out Reciprocity and Collective Action. in H Gintis, S Bowles, R Boyd & E Fehr, *Moral Sentiments and Material Interests: The Foundations of Cooperation in Economic Life*. Cambridge MA: MIT Press, 253-275
- Ploeg J.D. Van der 2008, *The New peasantries: struggles for autonomy and sustainability in an era of Empire and Globalization*. London, Sterling, Earthscan, 356p.
- Polanyi K, [1957] 1975, L'économie en tant que procès institutionnalisé. In Polanyi K et Arensberg. C. *Les systèmes économiques dans l'Histoire et dans la Théorie*, Paris, Larousse, 239-260
- Polanyi K, [1975] 1994, *The Livelihood of Man*, ed. by PEARSON H. W. New York, Academic Press, Inc *El sustento del hombre*, Barcelona: Mondadori,
- Polanyi K, 1944. The Great Transformation, Beacon Press, Boston. Referência A grande transformação: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980, 306p.
- Pra, M. 2015 Logiques et stratégies de commercialisation des agriculteurs familiaux de l'Agreste de la Paraíba au Brésil, Esperança, ASPTA, Science Po Grenoble, Estagio de Mestrado
- Pugen B. Dar, Receber, Retribuir: práticas e prestações socioeconômicas no turismo rural Santa Cruz, Doutorado em desenvolvimento regional – UNISC, 2015
- Radomsky G F W, Schneider, S. 2007 Nas teias da economia: o papel das redes sociais e da reciprocidade nos processos locais de desenvolvimento. *Sociedade e Estado*, 22, 249-284
- RHODES, R.A.W. 2000. Governance and public administration. In: J. PIERRE (org.), *Debating Governance: Authority, Steering, and Democracy*. Oxford/ New York, Oxford University Press, p. 54-90.
- RHODES, Roderick A. W. *Understanding governance: policy networks, governance, reflexivity, and accountability*. Buckingham, Philadelphia: Open University Press, 1997.
- Sabourin E. 2010. Dispositivos coletivos de apoio a produção e dinâmicas territoriais *Raízes. Revista de ciências sociais e econômicas*, 29 (1-2) : 154-165.
- Sabourin E. 2013. Os mecanismos de qualificação e certificação como interfaces entre reciprocidade e troca mercantil. In : Conterato M A; Niederle P A; Triches R M; Marques F C; Schultz G (Eds). *Mercados e Agricultura familiar: interfaces, conexões e conflitos* . Brasil : Via Sapiens, p. 190-210.
- Sabourin E. ; Tyuienon R. 2007, Produits, monnaie et bingo : les marchés ruraux en Nouvelle Calédonie, entre échange et réciprocité *Revue du Mauss*, 29 :131-158
- Sabourin, E. *Camponeses do Brasil : entre troca mercantil e reciprocidade*, Rio de Janeiro, Garamond, 2009, 410p
- Sabourin, E., Sidersky, P., Silveira L. Farmer experimentation in north-east Brazil: The story of a partnership between smallholders'organisations and an NGO seeking to enhance

- agricultural innovation in the Agreste region of Paraíba State. in : *Advancing Participatory Technology Development* La Haye: ACP-EU,CTA, 2004, p.191-207
- Schumpeter J.A. *La théorie de l'évolution économique*. Paris : DALLOZ, 1935, 586p
- Scubla L. 1985, *Logiques de la réciprocité*. Paris, Cahiers du CREA,6, 283p.
- Secretaria Nacional de Economia Solidária 2003, Programa Economia Solidária em desenvolvimento, Brasília: SENAES-MTD, 2003
- Servet J. M. 2007, Le principe de réciprocité chez Karl Polanyi, contribution à une définition de l'économie solidaire *Revue Tiers Monde*, 190 ,2 : 255-273.
- Temple D. 1997, L'économie humaine in *La revue du MAUSS* , 10, (1) :103-109
- Temple D. 1998, Les structures élémentaires de la réciprocité *Revue du MAUSS* 12, 2 : 234-242,
- Temple D. 2003, Teoría de la Reciprocidad. La Paz, Bolivia: PADEP/ GTZ, 3 Tomes.
- Temple D. ; Chabal M. 1995, *La réciprocité ou la naissance des valeurs humaine*, Paris, l'Harmattan, 263p.
- Tomazini C. G 2010, As coalizões de causa em torno das políticas de transferências condicionadas: olhar cruzado Brasil-México, *Carta Internacional*, v. 5, n. 2 (2010)